

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARINE FERREIRA COSTA

**O CORPO EM MARX E ENGELS: REFLEXÕES A RESPEITO DA ORGANIZAÇÃO
DO TRABALHO DIDÁTICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DO
REFERENCIAL MARXIANO.**



CURITIBA

2014

CARINE FERREIRA COSTA

O Corpo em Marx e Engels: reflexões a respeito da organização do trabalho pedagógico em EF a partir do referencial marxiano.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação, no Curso de Pós Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Pública e na Educação do Campo, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Ms. Vilson Aparecido da Mata.

CURITIBA

2014

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a memória de três mulheres especiais na minha vida.

Minhas avós de sangue e de coração: Aparecida Orlandin, Antonia Garret Costa e Luiza da Silva Peplinski.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Jackson Antonio Costa e Maria Ferreira Costa por sempre acreditarem em mim.

Ao meu marido Thiago Ludovico Peplinski pelo apoio, paciência, carinho e principalmente ao companheirismo, dedicados a mim durante a construção da pesquisa.

Aos companheiros do NUPEMARX pelos debates semanais.

Ao professor Vilson Aparecido da Mata por me ensinar o significado de ser professor através da sua disposição imediata para me ajudar no difícil exercício que é estudar.

RESUMO

A pesquisa almejou refletir acerca da relação entre a Cultura Corporal apresentada pela Metodologia Crítico Superadora para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física escolar. Para isso, realizamos uma síntese histórica sobre o corpo a partir do sentido ontológico do trabalho seguido da contextualização da alienação do corpo trabalhador na grande indústria, por essa constituir a etapa mais evoluída do desenvolvimento do modo de produção capitalista analisado por Marx. Ao identificarmos os elementos históricos que fazem do corpo categoria fundamental para o desenvolvimento do Trabalho, realizamos uma análise partindo da premissa apontada que nos permitiu identificar alguns dos limites históricos da categoria Cultura Corporal apresentada como objeto de estudo da Educação Física para a Metodologia Crítico Superadora.

Palavras Chaves: corpo, cultura, trabalho didático, trabalho.

ABSTRACT

The search longed to reflect the relationship between Body Culture presented by Surperseder Critical Methodology for Organization for Didactic Work for Pshycal Education. For this, we performed a historical overview on the body from the ontological meaning of work followed by contextualization of alienation of the body work in large industry, for this to be the most evolved stage of development of the capitalist mode of production analyzed by Marx. By identifying the historical elements that make the Body a important category for the development of Labour conducted a pointed analysis on the premise that allowed us to identify some of the historical limits of the category Body Culture presented as an object of study in Physical Education for Critical Surperseder Methodology.

Key Words: Body Culture, didactic work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 O CORPO PELA ONTOLOGIA DO TRABALHO	11
2.1 O corpo trabalhador no modo de produção capitalista	15
3 A CULTURA CORPORAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi primordial para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar¹, pois foi publicado o primeiro texto de relevância com referencial marxista que a defendia como área do conhecimento importante para a escola. Esse texto foi denominado como *Metodologia do Ensino da Educação Física* e foi desenvolvido por um grupo de professores universitários que se autointitulou Coletivo de Autores.

A hipótese defendida pelo Coletivo de Autores partia da premissa de que até então a atuação da Educação Física na escola se dava a partir da ideia de sua organização como um instrumento ideológico em prol dos interesses do capital.

Foi proposto, nesse texto, que os professores deveriam compreender a Educação Física Escolar como uma área do conhecimento a ser estruturada como um componente curricular obrigatório na Educação Básica brasileira, organizada pedagogicamente para atuar em conjunto com a luta da classe trabalhadora, o que alteraria os princípios metodológicos de sua atuação.

A Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar proposta pelo Coletivo de Autores a identificava como área do conhecimento fundamentada na ideia de um componente curricular que teria uma perspectiva social. A defesa desse texto foi fator influenciador para a oficialização da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório através da proclamação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96).

Além do viés social da proposta, os autores sugeriram uma nova Organização do Trabalho Didático para a Educação Física na escola, denominada como *Metodologia Crítico Superadora*, fundamentada na categoria **Cultura Corporal**, que consiste no objeto de estudo da área para essa metodologia. “Por sua vez, a Cultura Corporal é entendida pela metodologia como uma área do conhecimento que tematiza as formas de atividades expressivas corporais sintetizadas através dos jogos, esporte, dança e ginástica” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.62).

¹ Optou-se por substituir a categoria ‘Organização do Trabalho Pedagógico’ por ‘Organização do Trabalho Didático’ por compreender que o termo ‘trabalho didático’ contempla a perspectiva educacional da reforma da Escola Moderna proposta por Comênio que reflete o ‘trabalho didático determinado pela forma de organização da própria sociedade’ conforme salienta Alves (2006, p.13). A categoria ‘Organização do Trabalho Didático’ não será aprofundada nessa pesquisa, mas possui participação fundamental para a análise do objeto de estudo.

É fato que a Metodologia Crítico Superadora exerceu forte influência nos debates acerca da Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar devido a sua apresentação política, econômica e ideológica em defesa da classe trabalhadora. Embora a metodologia não seja hegemônica, ela ainda permanece como fonte importante para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar.

Na última década do século XX, as discussões sobre a Cultura Corporal, bem como o debate sobre o corpo e sua função permearam o debate no âmbito da Filosofia, Educação e Educação Física, sempre procurando compreender os aspectos determinantes para a sua função social².

Considerando esse cenário da Educação Física Escolar, a proposta deste estudo é demonstrar a relação histórica entre o corpo e a Organização do Trabalho Didático da Educação Física através da categoria Cultura Corporal proposta pela Metodologia Crítico Superadora. Assim, a problemática central que rege essa pesquisa é a seguinte questão: sobre como a Cultura Corporal é apresentada pela Metodologia Crítico Superadora na Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar?

O problema de pesquisa apresentado corrobora com a hipótese de que é possível verificar os limites da categoria Cultura Corporal para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física ao construirmos a análise a partir da categoria corpo à luz do materialismo histórico e dialético.

Para isso, o objetivo geral instituído para a pesquisa consiste em problematizar a Cultura Corporal para a Organização do Trabalho Didático da Metodologia Crítico Superadora, sendo definidos os seguintes objetivos específicos:

- I. Historicizar a categoria corpo pelo sentido ontológico do Trabalho.
- II. Identificar historicamente a alienação do corpo do trabalhador no modo de produção capitalista.
- III. Analisar a categoria Cultura Corporal na Organização do Trabalho Didático à luz do materialismo histórico e dialético.

² Entre os professores pesquisadores que fomentaram as discussões sobre o corpo e a Educação do corpo estão: Carlos Herold Júnior, Jocimar Daólio, Maria Lúcia Soares, Valter Bracht, Vilson Aparecido da Mata, entre outros.

Considera-se que a relevância dessa discussão é pautada na importância das contribuições do texto *Metodologia do Ensino da Educação Física* apresentado pelo Coletivo de Autores, considerando que o mesmo fomentou o debate em defesa da Educação Física Escolar enquanto área do conhecimento materializada na sua oficialização como componente curricular obrigatório da educação básica e sua participação como uma área voltada à construção do processo de emancipação humana. Além disso, a Organização do Trabalho Didático da Metodologia Histórico Crítica instigou a necessidade de reflexão sobre a função social da Educação Física Escolar. A fim de realizarmos a pesquisa utilizamos uma metodologia de cunho qualitativo.

2 O CORPO PELA ONTOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho é tido como categoria central do materialismo histórico e dialético. Sobre isso, Engels (1999, p.04) salienta que, para o indivíduo, o trabalho é a sua riqueza, pois ele é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, o que torna o trabalho necessário para a produção material da vida.

O trabalho é a base da atividade econômica e somente ele, segundo Netto e Braz (2006, p.29) torna possível a produção de qualquer bem, agregando valor a eles e assim produzindo riqueza social. Portanto, o trabalho só existe a partir das

(...) condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho. (NETTO e BRAZ, 2006, p.30)

Ao se relacionar com a natureza para garantir a sua existência pelo trabalho, o indivíduo produz uma riqueza que é historicamente conservada através da cultura e da linguagem humana, é essa produção que permite a materialização da sua existência. Assim, o trabalho consiste no metabolismo que une o indivíduo, que é um ser social, à natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. (MARX, 2011, p.211)

A base da relação entre o ser social e a natureza é construída pela transformação da matéria natural pelo trabalho, ação que sempre terá também o auxílio das forças naturais sobre o corpo humano. A compreensão do desenvolvimento humano pelo trabalho inicia-se no entendimento da especificidade biológica do mesmo. Em seu texto *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, Engels analisa o desenvolvimento biológico através das

contribuições de Darwin, descrevendo a função das mãos e da postura ereta da coluna vertebral como um dos marcos desse processo.

É de supor que, como consequência direta de seu gênero de vida, devido ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar funções distintas das dos pés, esses macacos foram-se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começando a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco ao homem. (ENGELS, 1999, p.05)

Engels (1999, p.07) salienta ainda que as mãos não podem ser entendidas apenas como órgãos do trabalho, senão como fruto dele. Mas é preciso considerar que o desenvolvimento das mãos influenciou diretamente o desenvolvimento das demais partes do corpo. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2006) apresenta também sua visão a respeito da questão da corporalidade quando descreve a importância dos sentidos para a humanização do homem.

Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, | | VII | são no seu comportamento *objetivo* ou no seu comportamento *para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da *efetividade humana*; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão múltiplice (*vielfach*) quanto múltiplas são as *determinações essenciais e atividades humanas*), *eficiência humana* e *sofrimento humano*, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma *autofruição do ser humano*. (MARX, 2006, p. 108)

Essa questão da autofruição do ser humano remete inevitavelmente à questão da necessidade da vida coletiva, necessidade esta inerente à corporalidade por ser impossível sem o trabalho e destacada por Engels (1999, p.10) como interação entre os pares como forma fundamental, tanto para o desenvolvimento do ser humano como para o desenvolvimento do trabalho enquanto atividade central desse processo. Portanto, conforme afirmam Netto e Braz (2006, p.34) “[...] **o trabalho é, sempre atividade coletiva**: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos”.

O ser humano, segundo Marx (1970, p. 34-35), renova a cada dia a sua vida por ser capaz de se reproduzir através de uma relação corporal e social que intervém de modo direto no desenvolvimento histórico. No entanto, para a vida

coletiva o aspecto social sobressai sobre os aspectos biológicos quando, de acordo com

(...) Engels, sustentando a ideia de uma origem animal do homem, mostrava ao mesmo tempo que o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a leis *sócio-históricas*. (LEONTIEV, 2004, p.280)

Desse modo, o carácter social das relações humanas fez com que houvesse uma necessidade de comunicação entre os indivíduos que se tornou fundamental para a interação imediata, bem como a preservação da produção humana para a história, o que garantiu a universalização das habilidades para atividades mediadas pelo trabalho.

Sobre a comunicação entre os pares, Engels (1999, p.10) salienta que durante o desenvolvimento do homem, ao surgir a necessidade de comunicação, pouco a pouco houve o desenvolvimento da laringe, ao mesmo tempo em que a boca aprendia a emitir o som articulado. Acrescenta-se também que o trabalho foi o responsável pelo desenvolvimento da linguagem articulada, o que permitiu que a produção humana fosse preservada ao longo da história. A linguagem é para Marx (1970, p.36) “[...] *tão velha como a consciência*”, uma vez que a consciência existe para todos a partir da necessidade de interação entre os indivíduos.

A espécie humana desenvolve-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o **ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica). (NETTO e BRAZ, 2006, p. 36)

As relações humanas e o trabalho possuem, juntos, um carácter social, fazendo com que a atividade de trabalho se torne um processo mediado por um ser social que regula e controla suas relações com a natureza e com os demais seres humanos. Ao se objetivar como uma atividade mediada o processo de trabalho é constituído por três elementos indispensáveis são eles: “1. atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2. a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3. os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. (MARX, 2011, p.212).

O trabalho então, por ser uma atividade conscientemente planejada pelo ser social (atividade teleológica), destaca a principal diferença entre os seres humanos e as demais espécies animais: a capacidade humana de planejar antes de executar uma ação. Sobre essa questão, Marx (2011, p.211) exemplifica ao citar a diferença entre o trabalho humano e a atividade de uma abelha.

A abelha constrói sua colméia de modo instintivo, mesmo sua ação tendo sido estimulada pelas suas necessidades vitais. Por não se tratar de uma atividade consciente, ela não visualiza o produto final antes de executá-lo; já o ser humano é capaz por sua vez, de antecipar mentalmente a forma final do objeto, mesmo que sua atividade, tal como a da abelha, seja motivada por sua carência física. Entretanto, é quando está livre de sua carência física que o ser humano produz de forma verdadeiramente humana, pois o trabalho especificamente humano é uma ação antecipada na mente daquele que realiza a ação e motivada por uma carência externa a ele..

Portanto, ao realizar o trabalho como atividade teleológica estimulada pelas suas necessidades sociais, o ser humano fez do seu organismo biológico, isto é, do seu corpo, o instrumento pelo qual realiza o trabalho e se relaciona com a natureza e a com a sociedade, ou seja, uma parte de si foi desenvolvida para si, a fim de aprimorar suas relações através da linguagem para um trabalho com caráter social que ele desenvolve historicamente.

Assim, o ser humano, através da natureza, pelo trabalho, transformou matéria inorgânica em matéria viva por uma interação mediada pela sua consciência. A atividade realizada pelo ser social enquanto um objeto de sua consciência faz dele mesmo a sua atividade e a sua produção. Sobre isso, Marx (2011, p.84) afirma que “[...] o animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente”.

Mesmo com a diferença fisiológica do homem em relação às demais espécies animais, ao fazer do trabalho uma atividade consciente e mediada historicamente, essa diferença foi materializada somente quando o ser humano sentiu a necessidade de iniciar a produção dos seus meios de vida, uma ação que só foi possível devido à ligação direta dessa necessidade com a sua organização corporal.

Assim se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social do trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra. (LEONTIEV, 2004, p.281)

Dessa forma, o que é produzido pelo trabalho constitui-se como uma riqueza humana que permanece na história do homem por um processo de apropriação do que já foi produzido pelas gerações, esse é um processo tido como cultural.

Era preciso portanto que essas aquisições se fixassem. Mas como, se – já vimos – elas não podem fixar-se sob o efeito da herança biológica? Foi sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da *cultura material e intelectual*. (LEONTIEV, 2004, p.283)

A apropriação cultural das riquezas humanas produzidas pelo trabalho tem como principal característica para sua manutenção estimular a criação de novas aptidões humanas, ou seja, a criação de novas funções psíquicas que possibilitam o processo de aprendizagem entre as gerações. No entanto, essas novas funções e aptidões, ao não serem transmitidas hereditariamente, passam a ser formadas por um processo de apropriação humana através de instrumentos e fenômenos criados pela humanidade, que é denominado como Cultura, conforme afirma Leontiev (2004, p.289).

Portanto, a cultura é um fenômeno humano constituído historicamente que permite que o ser social se aproprie da produção da vida entre as gerações, sendo que para isso seu instrumento de comunicação com a totalidade é o seu corpo que já foi submetido às leis sócio-históricas, que o transformam a cada relação estabelecida, refinando assim cada vez mais as suas potencialidades.

2.1 O corpo trabalhador no modo de produção capitalista

O modo de produção capitalista se materializa em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, baseadas na propriedade privada dos meios de produção. A organização dessa sociedade é caracterizada por uma classe capitalista que detém os meios de produção e explora a força de trabalho de uma classe denominada como trabalhadora.

As relações estabelecidas entre essas duas classes são organizadas a partir de uma relação de compra e venda da força de trabalho, durante uma jornada de trabalho a partir de uma relação de assalariamento. Para entendermos o cenário no qual o trabalhador se encontra consideraremos que:

A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 2011, p.94)

A substituição das relações humanas pelas relações produtivas permite que as relações de trabalho sejam baseadas na exploração da força de trabalho durante uma jornada de trabalho, essa é a maneira pela qual o capitalista explora o trabalhador. O capitalista faz com que o trabalhador produza em meia jornada de trabalho o equivalente a uma jornada de trabalho inteira, dobrando assim a produção. Por exemplo, o trabalhador produz em quatro horas de trabalho o equivalente à produção de oito horas de trabalho, no entanto, apesar de dobrar a produção da sua jornada, o valor do seu salário não aumenta relativamente a sua produção. Além disso, mesmo com uma produção maior, a jornada de trabalho também não é reduzida, pelo contrário, o capitalista continua desejando o aumento da produção, fazendo com que o trabalhador muitas vezes exceda a sua jornada de trabalho sem nem ao menos receber por isso.

A forma mais avançada analisada por Marx a fim de compreender o processo de brutalização do corpo através da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista consiste na produção industrial, que foi a forma de produção de mercadorias que mais aprofundou a limites dramáticos a divisão técnica do trabalho.

Essa produção, potencializada durante a jornada de trabalho, resulta na produção de um excedente de mercadorias que custará ao capitalista apenas o valor referente à matéria prima e ao meio de trabalho, isto é, os instrumentos necessários para o aumento da produção. Esse excedente produzido foi denominado por Marx como mais valia. É através da mais valia que o capitalista potencializa o valor do lucro que obterá no processo de comercialização da mercadoria produzida e assim

garantirá o entesouramento de riquezas para a manutenção de sua condição social de classe e conseqüentemente a manutenção da ordem social vigente.

Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. (MARX, 2011, p.220)

Ao explorar a força de trabalho através da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias durante a jornada, tendo uma produção excedente, isto é, a mais valia, o capitalista contempla seu objeto, que é a obtenção de lucro. Esse movimento é a força motriz do modo de produção capitalista e o que permite a sua existência e reprodução uma vez que esse ciclo é interminável, segundo Netto e Braz (2006, p.97).

A necessidade de aprofundamento da mais valia fez com que o processo de exploração da força de trabalho fosse aperfeiçoado. Já prevendo essa necessidade, conforme afirma Marx (2011, p.227), antes de comprar a força de trabalho, o capitalista já entende que o valor dela e o valor criado durante o processo de trabalho possuem magnitudes distintas, ou seja, para criar mais valor o trabalho humano precisa ser gasto de maneira cada vez mais útil.

A maneira encontrada para encetar tal objetivo foi substituir o trabalhador com habilidades físicas elevadas por um processo de produção cujos movimentos fossem simples, não exigindo conhecimentos profundos da atividade produtiva. Para isso concorreu a ciência cooptada pelos interesses da produção capitalista, criando máquinas capazes de reproduzir os movimentos mais simples do corpo humano com maior eficácia.

Assim, na grande indústria, o trabalhador deixa de exercer suas habilidades manuais por não serem mais importantes para a produção capitalista e passa a ser um instrumento de execução de apenas uma etapa do processo de produção, sendo que essa etapa poderá ser executada por qualquer trabalhador. A força de trabalho que até então era o eixo central da produção na manufatura é substituída pelo meio de trabalho na grande indústria.

A maquinaria foi desenvolvida para estruturar a necessidade de otimizar o tempo de produção para gerar mais valia e ela é constituída por três partes, de acordo com Marx (2011, p.429), são elas: o motor, que é a força motriz do

mecanismo; a transmissão, que regula o movimento da máquina e transmite a informação para as máquinas e as ferramentas ou máquinas de trabalho. Por sua vez, as máquinas ferramentas deixam de ter seu caráter manufatureiro de instrumentos e aparelhos utilizados pelo trabalhador para assumir uma função de instrumentos mecânicos.

A fragmentação da atividade de trabalho na grande indústria reduz o trabalhador a apêndice da máquina que produz o objeto de trabalho, isso ocorre por ser a máquina um instrumento mais eficaz que reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, fazendo com que as habilidades manuais do trabalhador deixem de ser elemento primordial da produção, fazendo com que a sua função dentro desse processo possa ser realizada por qualquer trabalhador.

Com isso, ao simplificar a execução das etapas do trabalho, o trabalhador precisa se adaptar à máquina que passou a ser seu instrumento de trabalho, em um processo produtivo que fragmentou também a totalidade da atividade de trabalho mediada conscientemente, fazendo com que haja um trabalhador que planeja e um trabalhador que executa.

Depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta isolada que observamos até agora se reduz a um simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz, um motor, pode agora impulsionar ao mesmo tempo muitas máquinas-ferramentas. Com o número de máquinas-ferramentas impulsionadas ao mesmo tempo, aumenta o tamanho do motor e o mecanismo de transmissão assume grandes proporções. (MARX, 2011, p.434)

Por sua vez, as máquinas ferramentas aperfeiçoaram o tempo de passagem entre as etapas do processo produtivo otimizando, assim, o tempo socialmente necessário de trabalho. A execução do movimento humano que não consegue produzir movimentos uniformes e contínuos ciclicamente é substituída pela eficácia da máquina ferramenta capaz de produzir o quanto o seu dono desejar.

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza, com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta

propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma lugar de simples ferramenta. A diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor. O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos físicos. (MARX, 2011, p.430)

Dentro dessa nova estrutura produtiva, o trabalhador continua estabelecendo sua relação com o capitalista através da venda da sua força de trabalho. No entanto, o valor do seu salário é determinado através da alienação do valor de uso da mesma, definindo-a apenas com um valor de troca e fazendo com que o valor de uso da força de trabalho passe a ser do capitalista, uma vez que seus meios de trabalho são determinados pela mediação da ação consciente da execução externalizada pela máquina.

Sobre o processo de alienação do trabalho, Marx (2006, p.80) afirma que a valorização das mercadorias produzidas aumenta na mesma proporção que a desvalorização do trabalhador enquanto sujeito das suas relações, o tornando nesse processo uma mercadoria mais barata que a mercadoria que ele mesmo produz.

Isso faz com que a mercadoria se confronte com o seu produtor, pois o produto do trabalho se materializa no objeto produzido, isto é, se materializa na mercadoria. Esse processo é denominado como *objetivação do trabalho*.

A objetivação do trabalho consiste na efetivação do trabalho realizado, que produz a sua própria contradição, resultando na *desefetivação* do trabalhador que, ao aplicar sua força de trabalho na produção objetiva, aumenta também a sua alienação em relação a sua produção, tornando a si mesmo produto de seu trabalho.

Ao construir a crítica sobre a alienação do trabalho, Marx (2006, p.80-81) salienta ainda que esse processo converge em quatro instâncias interligadas que são materializadas durante o processo produtivo, são elas:

- I. A alienação do trabalhador em relação ao produto, que o torna submisso a sua produção.
- II. A alienação do trabalhador ao processo de produção, que compreende um processo no qual o trabalho sempre produzirá para o capitalista e não mais para si mesmo.
- III. A alienação do trabalhador em relação a natureza, isto é, dirigido ao estranhamento de sua relação com os meios naturais.

IV. A alienação do trabalhador em relação ao gênero humano, quando a sua relação com o trabalho faz com que ele estranhe seu próprio corpo. Isso ocorre, devido ao fato do homem não compreender que seu corpo consiste como um meio da sua existência individual.

Ao ser submetido a uma relação de alienação no processo produtivo o corpo tenciona uma relação de estranhamento na atividade de trabalho e em relação à mercadoria produzida, considerando que ele não realiza mais uma atividade consciente, mas sim puramente mecânica, dentro dessa organização técnica do trabalho.

O corpo do trabalhador termina por confirmar-se somente como instrumento que garante a vida (nos limites mais estreitos da sobrevivência física) dentro do modo de produção capitalista. Reduzido à condição de mercadoria, o ser social passa a ser tido como objeto de um processo que o priva de exercer uma função livre para sua existência. Além disso, com o aprimoramento da divisão técnica do trabalho e o tempo destinado ao trabalho, o corpo do trabalhador acumula desgastes provindos da sua relação com o trabalho, que comprometem sua capacidade produtiva, fazendo com que sua força de trabalho deixe de ser uma mercadoria interessante ao capitalista.

Desse modo, o corpo do trabalhador deixa de lhe pertencer nas suas relações sociais de garantia da existência, reduzindo sua atuação na sociedade, tornando-se então mero instrumento da expressão humana alienada pelas relações de trabalho.

3 A CULTURA CORPORAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O texto *Metodologia do Ensino da Educação Física*, publicado pelo Coletivo de Autores no início da década de 1990, fundamenta sua proposta para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física na crítica, com base no referencial marxista, às aulas de Educação Física. A Organização do Trabalho Didático proposta pauta-se na concepção da Cultura Corporal enquanto objeto de estudo, que seria a base para o desenvolvimento das aulas de Educação Física. Esta base seria a fomentadora da discussão acerca da condição de classe dos alunos, bem como auxiliaria no desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade, tendo como objetivo fundamental “[...] fornecer elementos teóricos para a assimilação consciente do conhecimento, de modo que possa auxiliar o professor a pensar autonomamente” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.17).

Para isso, os autores registraram, ao longo do texto, seu repúdio ao modelo conservador da educação brasileira em vigor, que limitava a Educação Física a ser um instrumento ideológico conduzido pelo Estado dentro da escola. Pautados pela Metodologia Crítico Superadora, defenderam que a função da Educação Física Escolar consistiria em superar a sua tendência ao disciplinamento dos alunos durante as aulas, prática já bastante comum desde a ditadura militar, como demonstra Castellani Filho:

O caráter de complementariedade presente entre a Educação Moral e Cívica e a Educação Física evidenciou-se sem margem de dúvida. Externava-se, naquele período, com relação à Educação Física, aquilo que Alcir Lenharo convencionou chamar de “militarização do corpo” (que se dava em 3 patamares, quais sejam, o da moralização do corpo pelo exercício físico, o do aprimoramento eugênico incorporado à raça e a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho), a qual se deu concomitantemente a “militarização espiritual”. (CASTELLANI FILHO, 2010, p.85)

Considerando esse cenário, a função social da escola e da Educação Física, na perspectiva do Coletivo de Autores (1992, p. 23-24), compreenderia a sociedade de classe, visando o aluno oriundo da classe trabalhadora, por considerar que esse aluno é submetido, dentro de sua realidade educacional, a relações que visam à

manutenção do *statu quo* ao ser submetido a um processo educativo doutrinador, que não o emancipa.

Sendo assim, para materialização da Metodologia Crítico Superadora:

Todo educador deve ter definido o seu projeto político-pedagógico. Essa definição orienta a sua prática no nível da sala de aula: a relação que estabelece com seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como trata cientificamente e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos.

É preciso que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.26)

O instrumento de trabalho do professor de Educação Física, para a Metodologia Crítico Superadora, seria o seu objeto de estudo: a Cultura Corporal, que é entendida como uma área do conhecimento responsável por tematizar as atividades expressivas corporais (esporte, jogos, dança, ginástica e lutas) que consistem nos conteúdos do componente curricular e devem ser estudados pelo professor desde a sua origem histórica até seu valor educativo, para que assim seja possível contemplar os fins e os propósitos do currículo (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.64).

O objetivo da utilização da Cultura Corporal enquanto área do conhecimento a ser desenvolvida visa apreender a expressão corporal como linguagem, segundo o Coletivo de Autores (1992, p.62). A apropriação da Cultura Corporal proporciona o desenvolvimento de intencionalidades variadas através da consciência social, bem como o entendimento de significações³ objetivas, desenvolvendo, assim, um sentido⁴ pessoal a partir dessa a apropriação que externalizará a subjetividade do indivíduo nas suas relações.

³ O termo significação é atrelado a uma gama de complexidade para sua compreensão, haja vista, que “[...] Na linguagem cotidiana manifesta-se com frequência que _significar equivale a “querer dizer”, mas quando perguntamos o que “quer dizer” exprime, encontramos-nos com várias respostas. Segundo elas, a significação pode ser: [...] 8. Conceito ou coisa significado. 9. Entidade ou coisa designada. 10. Relação com algo significado por uma expressão”. (FERRATER MORA, 2001, 260)

⁴ Considera-se nessa pesquisa a complexidade de entendimento sobre o conceito de sentido para a filosofia, sobre isso consideremos: “[...] Rapidamente se admitiu que o sentido não pode sem mais confundir-se com o significado de um termo ou de uma proposição. Se quiser, o sentido pode ser estudado também sob o aspecto do significado, mas sempre que este inclua não só a relação, mas

Dessa maneira, conforme a Metodologia Crítico Superadora, é preciso considerar que os temas da Cultura Corporal na Educação Física Escolar, como os esportes, jogos, lutas, dança e ginástica “[...] expressam um sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções objetivas da sociedade” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.62).

Ou seja, esses conteúdos possuem intencionalidades sociais, eles exercem uma função social, por se tratarem de fenômenos de grande influência na sociedade. Dessa forma, ao terem se desenvolvido no contexto da sociedade capitalista, são influenciados e desenvolvidos de acordo com o interesse, ou, conforme o Coletivo de Autorres, de acordo com a “intencionalidade” de manutenção da ordem social vigente.

Além disso, enquanto práticas corporais sistematizadas, eles são também mercadorias nessa sociedade. O fato que exemplifica essa função de mercadoria consiste no desenvolvimento da grande indústria esportiva que além de fomentar a comercialização de produtos destinados a prática de exercícios físicos, conta ainda com um processo de profissionalização que possui características distintas para cada modalidade, quando se trata de estilo do seu praticante ou meio de consumo, por exemplo. Além do mais, há também o papel político exercido pelo esporte, pois as grandes marcas deslocam milhares de trabalhadores ao redor do mundo em busca de vantagens econômicas garantidas por governos locais, direitos de transmissão de grandes eventos esportivos, ou de dança, ou de luta, e, ainda, como exemplo mais marcante nos últimos anos, a questão dos bastidores dos megaeventos. Todo esse movimento está de acordo com os objetivos e intenções da sociedade capitalista.

É por isso que esses conteúdos devem ser trabalhados a partir de uma tematização oriunda de grandes problemas sociopolíticos da atualidade. Isso possibilitaria aos alunos entender, interpretar e explicar a realidade social partindo dos seus interesses de classe. O aluno, segundo a Metodologia Crítico Superadora,

também a coordenação do sinal com o objecto. Elaborou-se uma fenomenologia do sentido, segundo a qual este se dá sob vários aspectos: como sentido semântico, como sentido estrutural ou eidético, como sentido fundamentante ou lógico e como sentido de motivação. De tal modo que quando se fala de sentido será necessário saber a qual dos mencionados conceitos se refere, e qual é a relação que se estabelece entre um e outro e entre cada um e todos os restantes”. (FERRATER MORA, 2001, p.254)

precisa ser orientado dentro de um conteúdo problematizado de uma forma que lhe fomente a necessidade de uma solução (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.63).

O aspecto político-econômico das práticas corporais precisaria ser debatido na escola em conjunto com os aspectos funcionais das mesmas para o indivíduo, enquanto exercício físico destinado a saúde e não a competição exarcebada. Ou ainda a busca por uma estética padronizada que é comercializada pelos meios de comunicação. No entanto, a ação docente voltada a Organização do Trabalho Didático que problematize os conteúdos da Educação Física encontra-se em um cenário que inviabiliza a discussão para além da intencionalidade do modo de produção capitalista, que orienta o debate sobre o corpo.

Por isso, a fim viabilizar essa ação do professor de Educação Física,

A escola, na perspectiva de uma pedagogia crítica superadora aqui defendida, deve fazer uma seleção dos conteúdos da Educação Física. Essa seleção e organização de conteúdos exige coerência com o objetivo de promover a leitura da realidade. Para que isso ocorra, devemos analisar a origem do conteúdo e conhecer o que determinou a necessidade de seu ensino. Outro aspecto a considerar na seleção de conteúdos é a realidade material da escola, uma vez que a apropriação do conhecimento da Educação Física supõe a adequação de instrumentos teóricos e práticos, sendo que algumas habilidades corporais exigem, ainda, materiais específicos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.63-64)

Observa-se que a apropriação da Cultura Corporal, enquanto área do conhecimento que determina os conteúdos da Educação Física Escolar e a constitui como principal instrumento analítico de trabalho do professor, dá à categoria amplitude em seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, a restringe. A amplitude encontra-se no fato de que a Cultura Corporal passa a se constituir como instrumento e objeto do professor de Educação Física em sua organização didática. Já a sua restrição está relacionada com os aspectos mais fundamentais do entendimento da categoria instrumento:

O instrumento é produto da cultura material que leva em si, da maneira mais evidente e mais material, os traços característicos da criação humana. Não é apenas um objeto de forma determinada, possuindo determinadas propriedades. O instrumento é ao mesmo tempo um objeto *social* na qual estão incorporadas e fixadas as operações de trabalho historicamente elaboradas. (LEONTIEV, 2004, p.287)

Ao considerarmos que o instrumento é um produto da cultura material, se faz necessário analisar o termo *Cultura Corporal*⁵ enquanto categoria analítica para o entendimento da Metodologia Crítico Superadora proposta para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar.

A categoria cultura, para o materialismo histórico e dialético, compreende a produção da vida e permite os avanços históricos da humanidade, isto é, a cultura consiste em “[...] todo o modo de vida de uma sociedade que cultiva e desenvolve a produção humana” (BOTTMORE, 1988, p.94).

Com isso, mesmo que a categoria cultura corrobore com a complexidade da produção da vida em nossa sociedade, ligá-la ao termo *corporal* a carrega de princípios gerais das relações humanas que não se resumem a uma área do conhecimento responsável apenas por tematizar atividades expressivas através de práticas corporais sistematizadas. A própria alusão ao termo *corpo* já indica tal limite, pois o corpo humano é o instrumento pelo qual o ser humano constrói suas relações, sem restringi-las. No entendimento de Leontiev, diferenciando o emprego do instrumento nos seres humanos e nos animais:

(...) o emprego do “instrumento” não forma neles novas operações motoras; é o próprio instrumento que está subordinado aos movimentos naturais, fundamentalmente instintivos, no sistema das quais se integra. Esta relação é inversa no caso do homem. É a sua mão, pelo contrário que se integra no sistema sócio-historicamente elaborado das operações incorporadas no instrumento e é a mão que a ele se subordina. A apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação das faculdades motoras superiores. A aquisição do instrumento consiste, portanto, para o homem em se apropriar das operações motoras que nelas estão incorporadas. (LEONTIEV, 2004, p.287)

De fato, para os demais animais, o corpo é o instrumento natural, regido por reações naturais ao ambiente, não descartando, evidentemente, o fato de que princípios básicos do raciocínio e da associação estejam presentes. Já para o ser humano, o limite biológico do corpo, suas reações naturais, são superadas por ser, o humano, capaz de apropriar-se dos instrumentos, reorganizando seu conhecimento

⁵ Não trataremos aqui de elencar a complexidade da categoria CULTURA dentro do referencial marxiano, mas sim nos ateremos a destacar elementos que possibilitem a análise da categoria ‘Cultura Corporal’ na conjuntura proposta pela Metodologia Crítico Superadora do Coletivo de Autores.

corporal de forma cultural e sistematizada, de maneira que suas relações tenham a possibilidade de superar o conhecimento já produzido.

Por sua vez, a Educação Física Escolar, se entendida a partir da perspectiva do Coletivo de Autores, deveria utilizar o seu objeto de estudo, a *Cultura Corporal*, considerando a totalidade do movimento do corpo nas as relações a que a classe trabalhadora é submetida. Utilizá-la apenas como a categoria analítica de um instrumento capaz de proporcionar aos alunos o desenvolvimento de uma consciência de classe para si seria uma limitação, pois a compreende apenas em um dos aspectos da totalidade das relações sociais e históricas. Partir do desenvolvimento refinado do corpo humano em sua totalidade dá às atividades propostas pela Educação Física, enquanto componente curricular, um sentido subjetivo que permite ao indivíduo encontrar-se conscientemente enquanto ser social também através dos valores e conhecimentos relacionados ao corpo.

Todavia a própria Educação Física Escolar precisa sentir a necessidade de ser submetida a uma Organização do Trabalho Didático que a oriente na escola com um novo objeto de estudo: o corpo compreendido em sua totalidade dentro das relações sociais que o trabalhador estabelece, pois

[...] a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com ele. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de *educação*. (LEONTIEV, 2004, p.290)

Entretanto, o processo educativo deve orientar-se sim em um projeto comum entre os componentes curriculares da escola, não é possível concretizá-lo com a restrição de um desses componentes, neste caso a Educação Física, que, ao avançar em sua função histórica, limita-se na sua Organização do Trabalho Didático definindo um objeto de estudo que restringe a potencialidade corporal de apropriação da cultura por parte dos alunos.

Na verdade, as atividades expressivas sistematizadas, consideradas como os conteúdos da Educação Física Escolar pela Metodologia Crítico Superadora, podem continuar exercendo o mesmo papel, desde que orientados por uma Organização do Trabalho Didático que permita utilizá-los como instrumentos didáticos do professor para o aprofundamento da consciência em relação ao corpo enquanto instrumento expressivo em seus aspectos biológicos e sociais. Corpo este que é o próprio ser

humano em formação e que em um dado momento de sua história será submetido a relações de trabalho estruturadas no assalariamento e na exploração da sua força de trabalho, mas terá desenvolvido uma consciência de classe para si a partir do processo educativo a que foi submetido.

Em outras palavras, considera-se que apesar da relevância da Metodologia Crítico Superadora para a história da Educação Física escolar, atualmente ainda há forte influência da mesma sobre a atuação da área na escola, mesmo que ainda não se tenha alcançado, na sua Organização do Trabalho Didático, o entendimento de que o corpo se constitui para além do movimento técnico, de que ele é expressão de nossa consciência e o instrumento pelo qual interagimos pelo trabalho. Fica então evidenciado que Cultura e Corpo não podem ser ligados por um sentido subjetivo se esse sentido desviar o professor de Educação Física na escola da verdadeira condição, sua e de seus alunos, que é a de trabalhador submetido à sociedade capitalista, cuja interação com os demais trabalhadores, cujas relações de poder, cujas lutas de classe, se expressam e se tornam possíveis unicamente através da sua complexidade corporal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário ressaltar que não se tem como intuito descaracterizar a Cultura Corporal enquanto uma área do conhecimento ou até mesmo uma categoria de análise, mas sim, trata-se de entender os limites que a mesma possui, não só através do conceito apresentado pela Metodologia Crítico Superadora, mas principalmente, a apropriação dela para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar.

Os apontamentos históricos realizados para a compreensão da categoria corpo representam a forma mais avançada do processo de brutalização humana através das relações de trabalho, mas consistem ainda na apresentação da parcialidade das potencialidades do corpo pelo trabalho.

Dessa forma, esta pesquisa consistiu em relacionar categorias como o corpo, cultura, trabalho e trabalho didático à luz do materialismo histórico e dialético a fim de entender a proposta realizada pelo Coletivo de Autores para a Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar. Os limites ressaltados da instituição da Cultura Corporal não só como objeto de estudo, mas também como instrumento de trabalho da Educação Física Escolar, são importantes porque é necessário analisar historicamente a proposta do Coletivo de Autores. Para continuarmos as reflexões acerca do problema, e não corroborarmos com a perspectiva reprodutora que o próprio texto vem exercendo, ao ter os seus princípios defendidos a partir de diferentes interpretações, é fundamental que as pesquisas se aprofundem no real significado daquilo que se convencionou chamar de Cultura Corporal.

É preciso considerar que os limites da Metodologia Crítico Superadora são históricos, porém eles ainda orientam algumas Diretrizes Curriculares, por exemplo, as *Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná*, publicadas no ano de 2008 e dos *Cadernos Pedagógicos de Educação Física da Rede Municipal de Curitiba*, também publicados no ano de 2008.

Esses dois documentos apresentam duas visões distintas da Cultura Corporal enquanto objeto de estudo da Educação Física. Por um lado, as diretrizes estaduais tendem a adotar uma perspectiva de desenvolvimento do trabalho didático a partir da Cultura Corporal, porém ressaltando os aspectos históricos do modo de produção capitalista como fator influenciador no conceito apresentado, problematizando-o com

aspectos voltados a saúde, mídia, esportivização, corpo, ludicidade entre outros (Paraná, 2008, p.49).

A organização do trabalho didático da rede estadual de ensino não desenvolve o conceito de Cultura Corporal para além das práticas corporais sistematizadas, no entanto, apresenta, como base do trabalho docente, elementos que articulam o fenômeno com questões mais amplas da sociedade. A intenção da Educação Física Escolar é atrelada ao debate das formas mais desenvolvidas das práticas corporais enquanto produtos do capitalismo que as restringem perante a sociedade.

Por outro lado, os *Cadernos Pedagógicos do Município de Curitiba* contextualizam a Cultura Corporal como o “conhecimento acerca dos movimentos historicamente construídos e socialmente transmitidos”, e ainda definem os elementos corporais que deverão ser desenvolvidos a partir da ação, reflexão e ação consciente para os movimentos corporais (Curitiba, 2008, p.11).

A concepção do município de Curitiba também restringe o conceito de Cultura Corporal ao destinar a organização da Educação Física como a ampliação do conhecimento acerca do movimento corporal em uma perspectiva apenas biológica. Ao instituir os elementos corporais como os jogos, dança, ginástica, esportes e lutas, define um formato de desenvolvimento voltado a ação, reflexão e ação consciente para os movimentos corporais, sem sequer cogitar o debate acerca da função social desses elementos corporais.

Ou seja, a Cultura Corporal recebe influências de acordo com as interpretações dos respectivos responsáveis das redes de ensino em relação com a sua gestão, isso nos ajuda a compreender a fragilidade que o conceito apresentado pelo Coletivo de Autores possui, devido ao fato de apresentar um conceito que historicamente apresenta lacunas em sua fundamentação teórica.

Dessa forma, é preciso compreender que os elementos que sustentam a hipótese dessa pesquisa necessitam ser ainda mais aprofundados para que possamos avançar na discussão acerca da Organização do Trabalho Didático da Educação Física Escolar, a fim de elucidar as dúvidas que ainda permanecem como também, fomentar novos questionamentos, assim, talvez, minimizaríamos os equívocos de interpretações e poderíamos construir uma educação realmente combativa e comprometida com a transformação social.

5 REFERENCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5ª Ed. – Brasília: **Câmara dos Deputados**, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A História Que Não Se Conta**. 17.ed. Campinas: Papyrus, 2010.

COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 13.ed. São Paulo: Cortez editora, 1992.

CURITIBA, Cadernos Pedagógicos: Educação Física. – 1.Ed. – Curitiba: Secretária Municipal de Educação, 2008.

ENGELS,F. **O papel do trabalho na transformação do homem**, Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>, acesso em 13/04/2010.

FERRATER MORA, J., Dicionário de Filosofia, 4.Ed.,São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001.

LEONTIEV, **O Desenvolvimento do Psiquismo**, 1.ed., São Paulo, Editora Moraes, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã I**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**, 29.ed. Livro 1, Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARANÁ, Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica – Educação Física – 1ª Ed. – Paraná: Secretária de Estado da Educação do Paraná – Departamento da Educação Básica, 2008.